

CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO
CURSO TECNOLÓGICO EM FOTOGRAFIA

**PRAÇA ROOSEVELT: RELAÇÃO DE CONVÍVIO NA CIDADE DE SÃO PAULO.
ESTADO E SOCIEDADE NA (DES)CONSTRUÇÃO E INTERVENÇÃO DO ESPAÇO
PÚBLICO NA ESTÉTICA DA CIDADE (2016-2018).**

Orientando: Eric Felipe Araujo Santos
Orientadora: Mirlene Simões

RESUMO

A praça Roosevelt é exemplo das transformações e ações que a cidade passa. Os usuários da praça estão apenas de passagem por ela ou utilizando-a como, por exemplo: os skatistas, os moradores de rua, os artistas e muitos outros grupos que às vezes se deslocam das periferias para aproveitar da convivência que a praça propicia. A polícia e a administração pública municipal como representantes do Estado são interventoras neste espaço, controlando o seu uso sem o consentimento de todos. Essa convivência interfere diretamente no modo de vida dos cidadãos, a pressão em que todas essas camadas estão envolvidas e o poder que exercem umas nas outras gera um atrito onde os poderes se confundem. Como hipótese deste trabalho considera-se que na praça os moradores tem mais poder que os usuários. Estes se vêem ameaçados pelo poder da administração pública, que não garante o seu uso livre. Ressalta-se neste trabalho a distinção entre morador e usuário, o primeiro se refere às casas e prédios do entorno da praça, enquanto o segundo se refere a qualquer pessoa que a utilize.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Estética. Intervenção.

ABSTRACT

Roosevelt Square is an example of the transformations and actions that the city undergoes. The users of the square are only passing through it or using it as, for example: skaters, street dwellers, artists and many other groups that sometimes move from the peripheries to enjoy the coexistence that the square provides. The police and the municipal public administration as representatives of the State are interveners in this space, controlling their use without the consent of all. This coexistence directly interferes with the citizens' way of life, the pressure in which all these layers are involved, and the power they exert in each other creates a friction where the powers are confused. As a hypothesis of this work it is considered that in the square the residents have more power than the users. These are threatened by the power of the public administration, which does not guarantee its free use. The distinction between the resident and the user is emphasized in this work, the first refers to the houses and buildings around the square, while the second refers to anyone who uses it.

KEYWORDS: State. Aesthetics. Intervention.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DA ATUAL PRAÇA ROOSEVELT

Na cidade existem espaços que passaram por grandes transformações estéticas que definiram suas características como local público e seus usuários. A Praça Franklin Roosevelt transpõe de forma evidente todas essas transformações, que envolveram tanto disputas individuais ou comunitárias pelo direito de uso do espaço público e como ele deve atender as necessidades de seus usuários.

Imagem 1: Praça Roosevelt reinaugurada



Foto: Rogério Cassimiro (2012)

Acompanhando essas transformações, pode-se dividir em três momentos importantes a reestruturação desse local, a saber: 1) seu contexto histórico; 2) sua definição como praça na década de 1960 e, 3) sua requalificação nos tempos atuais. Vale ressaltar que a definição de suas estruturas dentro da cidade, passando de um grande estacionamento a céu aberto para um monumento de uma época marcada por grandes elefantes brancos e nos anos 2000 sua constante utilização fizeram com que a administração pública e moradores voltassem a ter interesse no espaço, se iniciou uma disputa de interesses. Lembra-se ainda que o momento atual é de convivência plural, onde diversas pessoas de diferentes níveis sociais, de locais diversos da cidade se encontram.

Aborda-se a seguir, como dito anteriormente, o primeiro momento para se entender as constantes reestruturações da Praça.

Historicamente, a praça Roosevelt era ponto de encontro e parada para tropeiros que seguiam no caminho dos Piques, “abrangeia a Praça da Bandeira, e a Rua Formosa” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO) entre outras regiões da antiga cidade de São Paulo.

Esta região era ocupada pela igreja que tinha um papel acolhedor em relação à população, ela servia às questões religiosas mas também de suporte aos necessitados da cidade, surgia assim a praça Roosevelt.

O segundo período da Praça Franklin Roosevelt se passa em meio a um contexto de ditadura militar com uma nova reestruturação do local que necessitava ter sua importância renovada.

Um dos autores do primeiro projeto, o arquiteto Marco de Souza Dias, definiu “a Roosevelt era mais que uma praça. Era um sistema viário, edifício e viaduto” (CALLIARI, 2012 *apud* MARCHI, 2015).

As intenções de quem projetava a nova cara da Roosevelt não era criar um espaço de convivência, mas sim tornar aquele espaço “útil” e grandioso às necessidades da cidade. Muitas vezes, se descaracterizava a idéia de praça como local de convívio, isso porque o Estado buscava em sua estética a relação com interesses privados. A proposta de construção da nova Roosevelt já trazia uma despolitização, sem o consentimento e participação da população a ideia era construir um grande monumento que trouxesse características do poder vigente, “[...] a Roosevelt buscava uma conexão com a cidade a partir do ideário funcionalista de atendimento a um programa de necessidades [...]” (YAMASHITA, 2013, p.61).

Em uma outra análise sobre a estética da cidade observamos a monumentalidade de uma grande construção onde o indivíduo não é considerado importante dentro da cidade, ele é visto mais como uma peça dentro dessa grande máquina, com o passar do tempo a falta de vida ou contato humano foi fazendo com que a praça fosse abandonada:

Desde sua inauguração, no início de 1970, a praça parecia fadada ao fracasso. O arquiteto da EMURB comenta em 1996 que “a praça já ficou velha no dia seguinte a sua inauguração”.(FERREIRA, 2009 *apud* MARCHI, 2015)

O espaço da praça não era amigável, por estar localizado na área central de São Paulo, que já perdia seu encanto, se tornando um centro hostil de uso constante de drogas e prostituição inibia a permanência no local. Aquele grande edifício planejado com a ideia de ser um grande shopping center, não exercia nenhuma das funções propostas nem, como shopping ele não tinha os atrativos luxuosos das lojas de departamento da época e como praça não acolhia seu frequentador com locais de convívio.



Fonte: Revista Acropole, n.380 (1970)

Ainda com relação a estrutura e sua função dentro do projeto, é importante considerar o que o Instituto AVC descreve:

É preciso um atrativo especial na Roosevelt, e ele já existe: o pentágono. Hoje, o pentágono já marca e confere uma forte identidade à praça. A sua estrutura, por seu valor e engenho construtivo, é instigante e representativa de uma época e estilo arquitetônico. Desimpedido, iluminado e como único elemento no nível principal da praça, pode abrigar atividades interessantes e atraentes ao público, tanto de dia quanto à noite, tanto com sol quanto com chuva, qual uma grande marquise. Desde sua construção, o pentágono nunca foi claramente utilizado desta forma, seu pavimento inferior sempre foi tratado como edificação, mas não como uma área plena de lazer e estar. Os problemas de segurança existentes hoje no pentágono, principalmente no pavimento superior, não foram causados pela concepção de sua forma, mas sim pelo abandono, desqualificação do restante da praça e falta de um plano de manutenção e de gestão constantes. (AVC, 2009 *apud* YAMASHITA, 2013, p.161)

De acordo com esta consideração, percebe-se o quanto o plano arquitetônico da Praça sofreu modificações que não representavam seu projeto original, nem as propostas dos usuários. A construção inicial foi abandonada nos diferentes processo de reconstrução-construção que a Praça passou (e tem passado).

Imagem 3: Roosevelt deteriorada antes da reforma.



Fonte: Raphael Falavigna (2010)

Com o abandono (1970-2000), a praça foi se tornando um lugar perigoso por não haver segurança no local ao mesmo tempo que se deteriorava pela falta de manutenção nas estruturas, processo esse cunhado como gentrificação.

Considera-se neste trabalho o conceito de gentrificação dado por Rangel (2017), que considera:

A gentrificação foi um termo cunhado por Ruth Glass em 1964 e desde então passou por diversas flexibilizações, vindo de uma teoria fundamentalmente marxista até ser apropriado pelas teorias pós-modernas. [...] As primeiras definições de gentrificação têm maior foco na questão do mercado imobiliário e na substituição da população mais pobre pela nova classe média. (RANGEL, 2017, p.39-40)

Os fatores gentrificadores que agem sobre o local, começam pelo seu abandono planejado, para que com o passar do tempo aquele local tenha seu valor diminuído e para assegurar que qualquer atitude que venha a ser tomada seja tida como salvadora. Assim como considera Glass (2017):

Qualquer estudo rigoroso de gentrificação pareceria, *ex definitionis*, agrupar as trajetórias dos membros estabelecidos das classes mais baixas e dos recém chegados de classes mais altas, disputando o destino da área reformada, pois esse nexos de classe forma o próprio coração do fenômeno (GLASS, 1964 *apud* WACQUANT, 2010, p. 52)

O que trouxe vida à Praça foi a ação cultural de alguns grupos de teatro que já trabalhavam no local, desde a revitalização em 2012, a Roosevelt tem um espaço de uso diário de cultura e esporte, grande parte por causa de sua reforma que deu ao local um ar mais propício à convivência.

Percebe-se, no entanto, que o poder público municipal atualmente (2018) está tornando o local inviável para a sociabilização e práticas culturais, defendendo idéias vindas grande parte dos moradores que se sentem invadidos e incomodados com a movimentação da praça. Em contraponto, o que trouxe a convivência de volta ao local de maneira concreta foi uma grande disputa para a construção de uma nova Roosevelt, onde projetos foram encaminhados a prefeitura visando atender as demandas das organizações do bairro e de pequenos núcleos como os teatros do entorno da praça.

2. AÇÃO DO ESTADO EM TEMPOS ATUAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS NA VIDA DOS HABITANTES DA CIDADE

A experiência urbana se delimita em tempos atuais na cidade de São Paulo, com a criação de normas e regras que a iniciativa privada exerce sobre o poder público, com a intenção de que seus negócios sejam preservados. O convívio público-privado, que remete ao controle por parte da administração pública e da polícia militar da praça Roosevelt, transformaram esse local em um espaço de uso limitado. A noção de espaço público deve ser pensada como garantia de uso comum entre os indivíduos da cidade e não somente aos moradores da referida Praça. A privatização prevista de parques como o Ibirapuera (consulta pública de fevereiro de 2018, disponível no site da Prefeitura Municipal de São Paulo) e outros da cidade de São Paulo, reflete essa situação, a previsão é que a nova administração limite o tempo de uso, e coloque preços para o acesso ao parque e praças públicas, como em outras privatizações que já ocorreram na cidade.

Atitudes como essa acabam por limitar o espaço e fragmentar as relações sociais inibindo a visita em praças e parques públicos, por parte de uma parte da população com menos condições financeiras:

A comunicação e convivência se privatizam de maneira crescente, seja através de meios de telecomunicação, seja nos espaços privados que simulam imagens de “urbanidade” — condomínios fechados, enclaves empresariais, centros comerciais — ou em espaços públicos devidamente vigiados, livres das atividades informais de populações mais pobres. Nessa privatização do convívio, é corroído o poder da experiência urbana como encontro com a alteridade. O espaço de megalópoles como São Paulo, Los Angeles (E.U.A.) ou Lagos (Nigéria) expressa, materializa e reproduz uma cisão social em que a cidade como espaço público, político e coletivo encontra dificuldade em acontecer; esta deixa de ser o lugar histórico e simbólico da civilidade para converter-se em local de marginalidade, da violência e perigo, onde a política confunde-se crescentemente com a gestão da segurança. (GIRNOS, 2012, p. 37)

Em locais afastados como nas periferias das grandes cidades essa limitação do uso do espaço público se dá de outra forma. Um caso mais extremo como no Rio de Janeiro pode ser citado, a intervenção federal que foi implantada restringindo não só o acesso, mas também o direito de ir e vir da população “de maneira indiscriminada controlando a população com o fichamento de todos os moradores” (KURBHI, 2018), além de outras medidas como o toque de recolher. As iniciativas não protegem o morador e acabam gerando uma situação de

desconforto e invasão por parte do Estado na vida particular da cada morador da comunidade. As ações que visam proteger o cidadão criam medo, receio e o afastamento das pessoas.

Com o crescimento da ideia de “cidade eficiente”, iniciativa que João Doria prefeito da cidade de São Paulo (2016-2017) defende para melhorar a qualidade de vida e crescimento da cidade, tem sido implementada com foco na privatização de espaços público, especialmente parques, jardins e praças, assim como Dória (2017) considera: "Eu acho que o estado tem que ser eficiente e estar dentro da sua capacidade, focado nas necessidades reais da população" (DÓRIA, 2017).

A preocupação nesse modelo, associada a gentrificação da cidade promove um convívio fragmentado. O deslocamento dos indivíduos do ponto A ao ponto B, por exemplo, para cumprirem suas tarefas diárias como trabalho e estudo, não se associa à vivência e sociabilidade na cidade. Esse modo de vida caótico e rápido acaba criando o desconhecimento da própria cidade e a falta dessa vivência tem efeitos negativos e destrutivos, como aponta Girnos (2012):

A metrópole se despolitiza também ao perder gradualmente sua característica de lugar de socialização. O espaço público se torna primariamente espaço de circulação; as distâncias aumentam bruscamente, os espaços são rasgados e descaracterizados para dar vazão ao tráfego; o espaço urbano passa a ser caminho a ser cruzado entre os ambientes privados da casa, do trabalho ou da diversão, gerando uma convivência pública cada vez mais exígua e socialmente homogênea. (GIRNOS, 2012, p. 36)

Muitas vezes, não conhecemos os caminhos que cruzamos todos os dias, não conhecemos nosso próprio bairro, por termos pressa de chegar em nossos destinos ou por estarmos sempre trancafiados em nossas casas e por não haver locais de convívio. Tudo isso gera a insegurança e por vezes a violência, lugares desertos se tornam perigosos onde pessoas se aproveitam da situação de abandono para praticar qualquer tipo de ato.

São Paulo é um dos aglomerados urbanos que melhor demonstram aquilo que o arquiteto holandês Rem Koolhaas qualificou como “cidade genérica”. Os chamados “espaços-lixo”, típicos do processo avassalador de generalização urbana e cultural que vivemos, são consequência do encontro bastardo entre a utopia de modernização trazida pelas vanguardas, a sociedade de consumo do pós-guerra e a dominância da informalidade nos países periféricos, no momento em que as cidades se tornaram centros de serviços. Daí que a “cidade genérica”, segundo Koolhaas, se mantenha unida pelo que nela há de residual, de transitório e de precário (WISNICK, 2016).

Surge assim a confusão entre repressão e segurança pública, as duas ações têm objetivos distintos, o primeiro faz a manutenção de uma sociedade onde o indivíduo é mantido dentro do ciclo de estresse e violência, e a segunda trata da proteção dos direitos do cidadão, “a segurança não se contrapõe à liberdade e é condição para o seu exercício, fazendo parte de uma das inúmeras e complexas vias por onde trafega a qualidade de vida dos cidadãos” (SANTOS, 2005). Mas na cidade e na mídia de forma geral violência e repressão

são tratadas da mesma forma, onde o estado deveria agir para promover a convivência nos espaços públicos, ele acaba por reprimir e impedir convivência ou então, abandona-se o espaço por não haver uma maneira eficiente de promover a segurança para a população, garantindo assim qualidade de vida para todos os lados. “Eram mais de 20 policiais pra cada manifestante que tinha ali. Primeiro, foi só a PM. Depois chegou a Tropa do Braço, cada vez mais afunilando a gente. Totalmente repressiva.” (REVISTA VICE, 2015). A diferença de tratamento é evidente, mesmo em um protesto pacífico a repressão se dá na forma do contingente de policiais, que vem com força reprimir uma voz fraca que não pode se expressar e dessa forma que o Estado age quando o indivíduo tenta ser ouvido. Em contrapartida observamos movimentos diversos que buscam se expressar e dialogar contra as ações de repressão do Estado, transformando e ensinando o indivíduo por meios como a cultura, arte e lazer, ensinando principalmente a contrariar o consenso, onde as formas de convívio são diminuídas a simples estética despolitizada. Através de uma interpretação das ideias de consenso e dissenso proposta por Gabriel Giron (2012).

O filósofo Jacques Rancière pensou tal situação contrapondo os conceitos de política e polícia e de consenso e dissenso. A “política”, segundo sua concepção, estaria fundamentada no dissenso: não apenas um conflito de interesses de grupos distintos mas, mais profundamente, a possibilidade de opor diferentes configurações do mundo sensível. “Polícia”, por sua vez, denominaria o que banalmente se tem por “política” em nossa ordem cotidiana: as atividades de administração, agregação, vigilância e manutenção da ordem fundamentadas no consenso, um modo de simbolização da comunidade que visa excluir aquilo que é o próprio cerne da política: o dissenso [...]. O consenso tende a transformar todo conflito político em problema que compete a um saber de especialista ou a uma técnica de governo. Ele tende a exaurir a invenção política das situações dissensuais. (RANCIÈRE, 2005 *apud* GIRON, 2012, pag. 35)

Dentro desse contexto, a estética também teria seu consenso e dissenso, mas o consenso vigente se mostraria na forma de uma repressão a movimentos artísticos e culturais, dentro da praça falta de incentivo do teatro e a repressão do pixo e grafite, essas ações seriam uma forma de manter a “ordem” dentro da cidade. Dada a interpretação a ser seguida de consenso e dissenso, podemos observar como o Estado atua em relação aos movimentos artísticos de maneira a simplificar a expressão desses grupos através da repressão em alguns casos tratando-os como mero vandalismo.

A resistência aumenta e eleva a visibilidade dessas classes, assim elas podem ser ouvidas e percebidas pela sociedade, quando unidas a cultura e politização de seus habitantes torna-se visíveis, mostrando de onde aquelas pessoas saíram, onde moram e como moram e como se espalham pela cidade. O Pixo tem mais espaço tratando-se de expressão estética, pois influi diretamente na aparência da cidade e pode ser percebido por todos que por ela transitam, uma tinta spray costuma ser barata e de fácil acesso, essa vira a principal ferramenta, independente de sua localidade e status social, o pixo como forma de expressão traz pensamentos de organização política e de resistência, por isso oferece risco ao Estado que não tem controle dessas ações estéticas dissensuais.

Imagem 4: Pixo nao Vale do Anhangabaú com a Av. 23 de Maio.



Fonte: www.sul21.com.br (2017)

Na da cidade de São Paulo podemos ver exemplo, onde a estética de despolitização retira o espaço de uma estética urbana politizada. No início de 2017, o ex-prefeito da cidade de São Paulo, João Dória, em uma ação de retaliação contra ações de pichadores e grafiteiros na cidade, trocou uma extensão de 5 km de grafites e artes feitas desde (2015) por um jardim vertical. Esses movimentos de mudanças na estéticas provocam uma despolitização dentro da cidade que afeta os cidadãos de maneira negativa, sem local de fala ou a falta de locais para se expressar a população se vê obrigada a ir de contra o estado das mais diversas maneiras.

Com a falta de conteúdo e o vazio criado por uma estética sem vida e a transformação da vida urbana em uma vida cada vez mais privada, o indivíduo fica preso dentro de sua própria existência seus próprios caminhos dentro da cidade, uma vida estagnada e sem contato com o outro, como solução a estética vem para tentar melhorar a qualidade de vida, mas com a perda do discurso, o que enxergamos na cidade seria uma distorção de uma vida em ambiente social, simulacros criados por condomínios fechados, essas forças são as mesas que caem sobre a praça Roosevelt na forma de opressão por parte do Estado. O questionamento ou exposição de ideias por meios disponíveis, em locais como a Roosevelt onde a cultura tem e espaço para fluir dentro da cidade, são vetados, e essas formas de expressão se tornam um problema, assim a cidade ou ambientes de convívio são construídos e desenvolvidos visando uma construção eficiente e não para o convívio dos indivíduos ou a discussão e exposição de ideias.

3. A CIDADE E OS CAMINHOS DA DESPOLITIZAÇÃO

A sociedade se despolitiza por não poder ser compreendida, um universo tão grande, como uma cidade inteira não pode ser entendida como um todo. Dentro de discussões crescentes sobre o crescimento e desenvolvimento de cidades, podemos ver uma preocupação sobre como elas estão evoluindo, estamos tendo de definir uma nova cidade ou elaborar

novos conceitos pois o termo não consegue mais ser discutido como algo concreto e definitivo, pois seus limites estão sendo ultrapassados.

A metrópole contemporânea se despolitiza por ser ininteligível: por demais extensa, complexa e fragmentária, ela é inapreensível como totalidade. Marcada pela expansão, pela descontinuidade, pelo ruído e pela transformação constante — aspectos ligados à expansão exagerada ocorrida sob a primazia de lógicas privadas como as do mercado imobiliário ou do automóvel — a estrutura urbana passa a ser determinada “mais pela continuidade topológica das infraestruturas do que pelo padrão geométrico do tecido urbano” [...]. Um território em constante crescimento e reconstrução, ao mesmo tempo pontuado por terrenos, edifícios e espaços públicos em abandono, desconectados do sistema produtivo e do uso cotidiano dos habitantes. A opacidade de sua configuração e funcionamento reduz a cidade a um conjunto de problemas intrincados, e tende a reduzir a política à administração e aplicação eficiente de conhecimentos técnicos. (GIRNOS, 2012, p. 36)

Refletindo especificamente sobre o peso da dimensão estética no espaço urbano contemporâneo na década de noventa, autores como V. Pallamin já colocaram que, nesse contexto recente de privatização econômica e desinvestimento simbólico dos espaços públicos, a própria recepção estética tenderia a portar e reproduzir “um sentido de contínuo desenraizamento”, concomitante a uma crescente “desafeição por metas coletivas” (PALLAMIN *apud* GIRNOS, 2012, pag. 38)

Pallamin (2001) indica um caminho natural a ser seguido pela estética onde uma falta de interesse levaria ao fim do pensamentos sobre uma cultura coletiva, vinda principalmente da descaracterização de cidade e do não reconhecimento da mesma. (VIEIRA, 2016) discute como podemos enxergar esse novo conceito de cidade e como não devemos a tratar como um objeto ou produto a ser comercializado, mas sim como um como uma matéria fluida em desenvolvimento. “Uma vez que a cidade já não se dá a ver pela experiência direta, será preciso um esforço cognitivo, uma intelecção abstrata para compreender sua real dimensão tanto física quanto conceitual.” (VIEIRA, 2016 pg.2).

Dentro da história da Praça Roosevelt tivemos um exemplo de como a falta de vivência na cidade pode influenciar de maneira negativa o ambiente. Por ter sido tratada como um monumento grandioso visando atividades comerciais que por fim não conseguiram se manter dentro da antiga praça e, após muito tempo de abandono a Praça Roosevelt se tornou um lugar deteriorado, como já citado, ela não exercia uma função acolhedora como praça e com o passar do tempo perdeu a diversidade de usuários que a frequentava, os únicos que continuaram foram os grupos de teatro que ali ainda exerciam seus trabalhos, alguns poucos bares da rua paralela e os skatistas. Com a falta de policiamento e a não manutenção do local, aos poucos ele foi dominado por usuários de drogas e outras pessoas que ali praticavam crimes dos mais diversos.

Dentro desse contexto em que a cidade não passa de um produto onde vida cotidiana está imersa em questões práticas e a tecnologia rege como vivemos de maneira rápida e contínua, essas ideias também se aplicaria a política que perde o seu sentido sendo trocada por outras formas de pensamento mais eficiente onde a administração pública deixa de

enxergar a sociedade ou a própria cidade como um habitat a ser desenvolvido em conjunto a ideias de cultura, lazer e qualidade de vida, mas sim como um produto a ser comercializado para atender expectativas comerciais, especulação imobiliária e intenções da iniciativa privada.

Esse desenvolvimento apenas administrativo, deslocaria o pensamento político da cultura, arte e por fim da sociedade como um todo, isso implicaria no não incentivo e até em uma repressão de outras formas de construção da sociedade e meio urbano. Entende-se nessa lógica que na cidade é mais fácil construir ruas e viadutos (visando uma administração eficiente) do que propiciar lugares de lazer, como a revitalização de parques e praças.

Um exemplo de estetização com um viés de despolitização dos ambiente e dos espaços da vida cotidiana, seriam os painéis criados na copa do mundo para como disse o secretário de turismo do Rio de Janeiro, Antonio Pedro “Decorar a cidade” (FOLHA, 2016). Em uma época de super exposição do país, onde a ideia era simplesmente esconder e frear qualquer tipo de pensamento que levasse o visitante a questionar como o Brasil funciona ou a desigualdade e problemas que existem em favelas do Rio de Janeiro.

Imagem 5: Linha Vermelha - “É para decorar e botar a cidade no clima olímpico”.



Fonte: Ricardo Borges (2016)

4. PROBLEMAS LEVANTADOS NA PESQUISA

- 1) Estudar relações e efeitos da intervenção do estado na Praça Roosevelt, como isso afeta os moradores e usuários e como eles se mantêm dentro desses espaços, resistindo.
- 2) Entender por que os moradores exercem tanto poder dentro da praça Roosevelt e seus entornos e como um espaço público pode se tornar privado diante desse exercício de poder.
- 3) Quando a zona privada (casa, escola, quitanda e etc) que deveria ser lugar de convivência se torna apenas um lugar de passagem, onde mesmo existindo o convívio diário não existe uma real vivência daquele lugar. Entender o que causa as separações e espaçamentos desse lugar e os privilégios e interesses que essas mudanças poderiam trazer para todos.

5. HIPÓTESES CONSIDERADAS

- 1) A cidade passa por um processo de embrutecimento da vida urbana onde pressões cotidianas criam indivíduos autômatos, reprodutores do estresse e da violência em sociedade.
- 2) Os indivíduos na cidade pedem por espaços de convivência pública e eles surgem como uma espécie de resistência a repressão do Estado. Esses movimentos aparecem espontaneamente criando espaços de convívio na cidade.
- 3) Demonstrar as formas de repressão que são feitas na praça Roosevelt. Acredita-se, neste trabalho, que a intenção de tais medidas têm como função despolitizar o ambiente urbano e acelerar o processo de privatização dos espaços públicos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 2014 até o fechamento desta pesquisa, existia uma posição de limitar o uso de convivência na Praça Roosevelt, tentando excluir os personagens que ali exerciam seus direitos como os grupos culturais, os teatros, skatistas e usuários em geral que passam pela praça diariamente.

Depois da sua requalificação em 2012, a praça começou a ter uma maior visibilidade sendo visitada por todas as classes sociais, para os mais variados usos, não sendo mais um local hostil ou abandonado. Com a melhora, o interesse privado e também dos moradores vêm crescendo e esse interesse vai diretamente ao encontro com o uso comum da praça. Analisando o caso da praça Roosevelt pode-se ver as etapas de um projeto gentrificador em andamento, existe uma modificação constante nos entornos da praça, novos condomínios de alto padrão surgem a cada ano, além de uma forte mudança no estilo de vida dos frequentadores e da vida boêmia do centro.

O uso da praça tem se limitado cada vez mais, principalmente pela falta de manutenção do ambiente, pela deterioração promovida pela ação do tempo, e pelo não incentivo por parte do Estado, retirando de lá todos aqueles que fazem da praça um local vivo.

Algo interessante a se perceber é que se não fosse pela ocupação dos skatistas e dos artistas dos teatros e parte da vida boêmia dos bares, o local seria antes da requalificação, um espaço em abandono, um grande terreno baldio dentro do centro ou podendo voltar a ser o estacionamento que já foi em outra época. Esses grupos ao exercer o direito de uso do local, um direito político, criaram um ambiente de melhor convivência e contato humano.

Esta pesquisa ambicionava identificar as ações que caíam sobre a Praça Franklin Roosevelt e o que causava a separação dos indivíduos do local. Após seu término conseguimos identificar que existem diversas intenções dentro da cidade que visam essa separação, mas o que se retira como mais claro seria a intervenção humana ou como 'o ocupar dos espaços' pode ser a ferramenta de resistência de maior potencial diante de tantos interesses que buscam modificar a forma de convívio dos indivíduos na cidade.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Matéria: Matriz Nossa Senhora da Consolação. Disponível em: <http://arquisp.org.br/regiao/se/paroquias/paroquia-nossa-senhora-da-consolacao/matriz-paroquial-nossa-senhora-da-consolacao> Acesso em: 03/05/2018

MARICHI, C. F Praça Roosevelt: As Relações Entre Espaço Público e Sociedade. Matéria: IPIU JULHO de 2015, Disponível em: <http://ipiu.org.br/praca-roosevelt-as-relacoes-entre-espaço-publico-e-sociedade/> Acesso em: 25/11/2017

YAMASHITA, K. Y. Praça Roosevelt, Centro de São Paulo: Intervenções Urbanas e Práticas Culturais Contemporâneas. In: Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura do Urbanismo -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), 2013, P. 61-161.

RANGEL, Natalia Fonseca de Abreu. O Esvaziamento do Conceito de Gentrificacao como Estrategia Politica. Cadernos Naui, Vol. 4, n. 7, Julho - Dezembro de 2015. P. 39 - 40.

WACQUANT, L. Ressituando a Gentrificação: A Classe Popular, A Ciência e o Estado na Pesquisa Urbana Recente. In: Caderno CRH, Vol. 23 n°. 58, Janeiro - Abril de 2010, P. 52.

GIRNOS, G. Estética política e cidades: Apontamento sobre a dimensão crítica de intervenções artísticas em espaços urbanos no final do século XX. In: RISCO - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. n.2, 2012, P. 35-38.

KURBHI, P. O fichamento dos moradores do Rio pode acontecer? Video: CPJUR. Março de 2018, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RKvPrTlt0> Acesso em 15/03/18.

DORIA, J. Em palestra, João Doria defende gestão mais liberal e com 'estado eficiente' Matéria: A Critica Novembro de 2017, Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/em-palestra-joao-doria-defende-gestao-mais-liberal-e-com-estado-eficiente> Acesso em 17/03/18.

WISNICK, G. Matéria: A cidade inacabada. Revista Piauí, n. 112, jan. 2016. Disponível em: <http://www.tucavieira.com.br/textos> Acesso em 15/03/18.

SANTOS, E. C. R. Artigo: O Conceito de Segurança Pública. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos2/seguranca-publica/seguranca-publica.shtml#polit> Acesso em 15/03/18.

REVISTA VICE. Matéria: Como Foi o Ato dos Skatistas da Praça Roosevelt em SP. Agosto de 2015, Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/78zm4e/ato-masp-praca-roosevelt-skatistas Acesso em: 10/03/2018

VIEIRA, L. A. L. Atlas Fotográfico da Cidade de São Paulo. Universidade de São Paulo (USP) 2016, pg.2.

FOLHA DE SÃO PAULO Matéria: Rio de Janeiro recebe maquiagem olímpica para os Jogos. Julho de 2016 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1790702-rio-de-janeiro-comeca-a-passar-por-processo-de-embelezamento-para-os-jogos.shtml> Acesso em: 21/05/2018